O JUDICIÁRIO

JORNAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS CATARINENSES ■ ANO VIII - Nº 78 - NOV/DEZ DE 2016 ■ WWW.AMC.ORG.BR

AMC
RUA DOS BAMBUS, 116,
ITACORUBI - FPOLIS (SC)
88034-570

CIDADANIA

Novos Caminhos forma 182 jovens

- Programa capacita adolescentes que integram programas de acolhimento do Estado.
- Desde 2013, 653 jovens de 76 municípios catarinenses foram atendidos pelo programa.

PÁG. 7

1ª EDIÇÃO

Congresso Regional da AMC debate novo CPC

PÁG. 6

Perfil: *O Judiciário* conta a trajetória do Desembargador Carlos Adilson Silva

CONTRACAPA

PLANO DIRETOR

Colóquio ressalta importância da democracia participativa

PÁG. 10

EDITORIAL

Tempos difíceis

O ano de 2016 dificilmente será esquecido pelos brasileiros, sobretudo pelos catarinenses, em razão do trágico acidente aéreo ocorrido em território colombiano e que vitimou a delegação da Chapecoense. Tristeza e dor inundaram o coração dos brasileiros, causando uma comoção geral como há muito não se via na história do país.

Lamentavelmente, enquanto os brasileiros choravam pelas vítimas da tragédia, a Câmara dos Deputados varava a madrugada para aprovar a toque de caixa o projeto de lei que busca criminalizar a atuação dos Juízes. O novo texto desrespeita o desejo do povo brasileiro no sentido de "passar a limpo" as instituições públicas e de combater a corrupção, conforme expresso nas milhares de assinaturas em apoio ao projeto de iniciativa popular intitulado "10 medidas contra a corrupção".

Importante dizer que esse movimento democrático tinha por finalidade aprimorar o conjunto de leis para tornar mais efetiva a investigação e a punição. Principalmente em relação àqueles que, em detrimento de princípios de toda ordem e em evidente desprezo à sociedade, descumprem a lei, praticam crimes e se enriquecem às custas do sofrimento do cidadão brasileiro que, com o sacrifício de uma das maiores cargas tributárias do mundo, tem proporcionalmente o menor retorno em serviços e benefícios.

Ao aproveitar essa iniciativa para, além de não aprovar boa parte de seu texto, incluir nele medidas que buscam intimidar Magistrados, os Deputados trataram com ironia e verdadeiramente zombaram dos brasileiros. Mais do que isso, lamentavelmente, agiram com evidente desrespeito ao princípio da separação e harmonia entre os poderes.

> (...) os Magistrados catarinenses manter-se-ão firmes no compromisso de defender e proteger a Constituição da República

Apesar de tudo isso, o povo de Santa Catarina pode estar certo: os Magistrados catarinenses manter-se-ão firmes no compromisso de defender e proteger a Constituição da República, conclamando toda a sociedade que comunga do mesmo sentimento para que também o faça. Pois, somente da união dos cidadãos com as instituições que buscam incessantemente proteger o interesse público é que teremos força para redirecionar o país ao caminho do regular funcionamento das estruturas em conformidade com o Estado Democrático de Direito, com o devido respeito aos poderes da República, notadamente ao Judiciário brasileiro.

[MEMÓRIA]

FOTO: ARQUIVO AMC

Turma do Módulo I da Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina (**Esmesc**), em 2008. Desde 2003, a Esmesc conta com instalações próprias, funcionando no mesmo prédio da AMC, no bairro Itacorubi – antes, a Escola funcionou de 1986 a 2003 no TJ/SC e, de janeiro a agosto de 2003, em um prédio na rua Anita Garibaldi, no Centro de Florianópolis.

AMC Associação dos Magistrados Catarinenses

Rua dos Bambus, 116 - Itacorubi, Florianópolis/SC. CEP 88034-570
(48) 3231-3006
imprensa@amc.org.br

www.amc.org.br

Diretoria Executiva

Presidente - Juiz Odson Cardoso Filho
1º Vice-Presidente - Juíza Jussara Schittler dos Santos Wandscheer
2º Vice-Presidente - Juiz Osvaldo João Ranzi

Comunicação Social
Diretor - Juiz Antonio Augusto Baggio e Ubaldo
Diretor Adjunto - Juiz Renato Guilherme Gomes Cunha

O JUDICIÁRIO

Ano VIII - nº 78 - Nov/Dez 2016

Tiragem: 2 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense

Distribuição Gratuita

Jornalista responsável
Fabrício Severino/SC01061-JP

Produção, Textos e Edição
Fabrício Severino
Karina Schovepper

Diagramação e Projeto gráfico
Karina Schovepper

Colaboração
Assessoria de Imprensa do TJ/SC

Presidente do STF emite nota contra proposta que afeta autonomia e independência da Justiça

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministra Cármen Lúcia, divulgou nota oficial no dia 30/1, na qual lamenta que a aprovação de proposta legislativa que prevê medidas de combate à corrupção venha a ameaçar a autonomia dos Juízes e a independência do Poder Judiciário.

Leia a íntegra da nota:

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia, reafirma o seu integral respeito ao princípio da separação de poderes. Mas não pode deixar de lamentar que, em oportunidade de avanço legislativo para a defesa da ética pública, inclua-se, em proposta legislativa de iniciativa popular, texto que pode contrariar a independência do Poder Judiciário.

Hoje, os juízes respondem pelos seus atos, na forma do estatuto constitucional da magistratura.

A democracia depende de poderes fortes e independentes. O Judiciário é, por imposição constitucional, guarda da Constituição e garantidor da democracia. O Judiciário brasileiro vem cumprindo o seu papel. Já se cassaram magistrados em tempos mais tristes. Pode-se tentar calar o juiz, mas nunca se conseguiu, nem se conseguirá, calar a Justiça.

NOTA OFICIAL - TRE/SC

Os Juízes integrantes do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC) vêm a público para manifestar sua perplexidade com a decisão da Câmara dos Deputados de desfigurar, em pleno luto nacional, o projeto de iniciativa popular produzido com o apoio de 2,4 milhões de assinaturas, o qual criava um grupo de medidas contra a corrupção na esfera da administração pública, que alçaria o País ao nível das grandes sociedades ocidentais no combate ao crime organizado.

Mais do que descaracterizar o texto original, a Câmara agiu abruptamente, buscando a autopreservação e contrariando o interesse público, retaliando os esforços daqueles que estão empenhados na investigação e no julgamento dos crimes que envolvem parte da própria classe política nacional e cuja extensão parece não ter fim e nem limites. A aprovação de medidas de caráter intimidatório à Magistratura, inserida justamente num texto que visava ampliar o combate à corrupção, agride a consciência coletiva, traduzindo ação não republicana de parte da Câmara. Açodada, ainda, foi a conduta do Presidente do Senado, que tentou aprovar esse texto, contando com 14 incautos senadores, 7 dos quais investigados pela "Lava-Jato", ele próprio alvo de mais de uma dezena de inquéritos.

Os homens públicos de bem não intimidam os seus Juízes, antes pelo contrário, procuram consolidar a intangibilidade da Justiça. Em qualquer sociedade civilizada, é o Poder Judiciário a fronteira segura das garantias constitucionais e os seus juízes as primeiras vítimas daqueles que temem as consequências de seus malfeitos e que, mais cedo ou mais tarde, também precisarão de um Judiciário altaneiro, soberano e independente para salvaguarda das suas liberdades. O país que acordou no dia de ontem foi vítima de um atropelo parlamentar, produzido pela maioria da Câmara e contido, de momento, pelo Senado, aplicado por um grupo de pessoas que, ciclicamente, tem transformado o Congresso Nacional num verdadeiro asilo das consciências culpadas.

Os membros do TRE-SC solidarizam-se com os anseios de nosso povo, de passar o Brasil a limpo, doa a quem doer, e reafirmam o seu propósito de continuar aplicando Justiça mesmo àqueles que temem a independência dos seus Juízes e apostam no enfraquecimento da atividade de investigação criminal da corrupção pública institucionalizada.

Desembargador Cesar Abreu
Presidente do TRE/SC

Coluna do Baco

Por Edson Ubaldo*

O QUE FAZER COM A SOBRA DA GARRAFA

Quem bebe sozinho dificilmente consome uma garrafa de vinho inteira. Quem bebe com os amigos sempre tem a tentação de abrir mais uma, que em geral fica pela metade. Como desperdiçar tão precioso líquido é pecado mortal, daquelas que levam à danação eterna, com a agravante de que no inferno não tem vinho nem cerveja (mas tem cachaça, que o diabo é louco por uma branquinha...), cabe a pergunta: o que fazer com o que sobrou na garrafa ?

A maneira mais prática seria beber logo o que restou, mas aí vem o problema do excesso, a ser evitado a todo o custo. Então é preciso encontrar uma fórmula que permita a conservação das qualidades do vinho aberto, até a próxima oportunidade.

Pasteur, no século XIX, a pedido de Napoeão III, preocupado com as enormes perdas anuais da produção francesa, dedicou sua ciência a descobrir o motivo pelo qual os vinhos se estragavam tão rapidamente. Tomou três garrafas, encheu a primeira por completo, a segunda até o meio e a terceira com um terço. Arrolhou-as, deixou-as em repouso por alguns dias e depois as abriu. O vinho da primeira estava perfeito, o da segunda começava a azedar e o da terceira estava todo oxidado.

Concluiu, então, que o grande inimigo da conservação do vinho era o oxigênio em contato com o líquido. Quanto maior a quantidade do gás, mais rapidamente a deterioração se consumava. Aplicando esse princípio simples, os vinhateiros passaram a vedar os barris com tampões de cera (hoje são de silicone) e as garrafas com rolhas de cortiça (hoje também com rolhas sintéticas e roscas metálicas), acabando com as perdas.

O oxigênio, contudo, só é o algoz do vinho quando em grande quantidade. Em porções mínimas, como aquelas que ficam entre a parte superior do líquido e a rolha, é responsável pela maturação e evolução dos melhores rótulos do mundo. O excesso de oxigênio causa a oxidação (daí o nome do defeito), que nos vinhos brancos se apresenta com tons entre amarelo e âmbar e nos tintos com cor intensa de tijolo (porque sendo leve pode indicar apenas a longevidade, sem prejuízo da qualidade). O gosto também se altera, lembrando vermute, pano molhado ou vinagre. Em tais casos, a melhor solução é despejá-los na pia ou no vaso – que a FATMA não nos leia...

Vamos, porém, ao que interessa, ou seja, como conservar o que sobrou, sem perda de qualidade. O método mais antigo que conheço é o uso de azeite. Vivíamos nos ermos de Cerro Negro, sem água encanada e sem energia elétrica. Minha avó, neta dos portugueses que fundaram Campo Belo do Sul em 1828, não dispensava o Porto Adriano Ramos-Pinto, cerimoniosamente servido às visitas em pequenos cálices coloridos, cuja garrafa podia permanecer aberta por longo tempo, pois tratava-se de vinho fortificado. Aos oito anos de idade meti a mão numa garrafa aberta, bebi o pouco que restava, tomei meu primeiro pileque, levei uma surra de meu pai, mas peguei gosto por aquele líquido saboroso, que só voltei a provar após completar 18 anos.

Meu saudoso velho gostava de vinho, que bebia com muita moderação. Todos os anos, no começo do inverno, dirigia-se a Caxias do Sul, onde comprava um "corote" - barrilete de 60 litros de sofrível isabelão. Depositado no porão escavado debaixo da sala como verdadeiro tesouro, para gozar de temperatura fresca, ao redor de 12º a 15º C, recebia uma lata de azeite italiano (Olio Bertoli, lembro-me da marca e da lata dourada). O azeite formava uma camada na parte superior, vedando a entrada do oxigênio e mantendo o vinho intacto até seu consumo final. Na antiguidade, além do azeite, os gregos usavam resina de pinheiro e gordura de ovelha.

Hoje os métodos de conservação temporária estão mais avançados. Algumas invenções merecem destaque: a) uma bombinha de gás inerte injetado na garrafa para isolar a entrada de oxigênio, cujo refil não é fácil de ser encontrado; b) uma camisinha – sim, uma camisinha oferecida em embalagem semelhante à tradicional para fins tão nobres quanto... – que veda a entrada do gás indesejado, por ora vendida nos Estados Unidos; c) a conhecida, barata, eficiente e durável bomba de sucção, acoplada a uma tampa de borracha que extrai o oxigênio e impede sua entrada, vendida em supermercados por cerca de R$ 40.

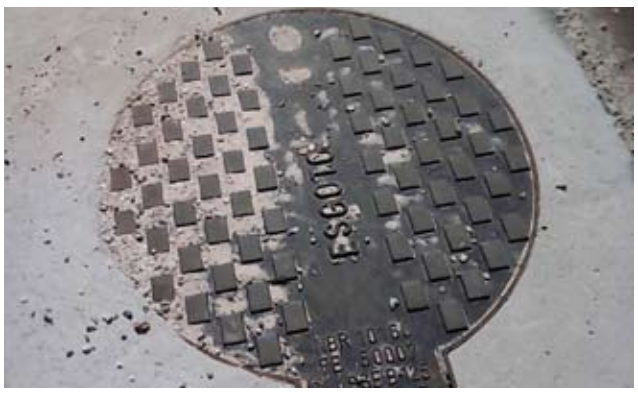
Atenção, porém: entre a abertura da garrafa e o uso da bomba, um bom tempo transcorre, ensejando que o oxigênio perpetre suas estripulias. A sucção do ar pela bomba não conserta os estragos, apenas os detém. Por isso a duração dos efeitos deste método é parcial e temporária, girando em torno de 2 a 3 dias, com a garrafa abrigada na geladeira, já que o calor faz misérias sobre o vinho neste nosso clima tropical. Se for tinto, convém retirar a garrafa meia hora antes do consumo.

Apesar destas soluções, meu caro colega e amigo, procure não deixar sobras na garrafa. Beba até a última gota, com a mulher que você ama, ou, na falta momentânea desta, com o amigo leal que jamais revelará suas mais secretas confissões... (será que ele existe?)

**Desembargador aposentado*

REFORMA

AMC investe em melhorias em suas sedes



Ao longo do ano, a atual gestão à frente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) investiu numa ampla reforma que revitalizou o espaço da Sede Balneária, localizada na Cachoeira do Bom Jesus, em Florianópolis. O local passou por diversas melhorias, proporcionando maior comodidade e segurança aos associados que frequentarão o local durante a temporada de verão 2016/2017, que começa no próximo dia 23 de dezembro. A entidade realizou, ainda, uma revitalização em sua Sede Administrativa, localizada no bairro Itacorubi, com a pintura interna e externa do prédio.

Na sede balneária, a principal obra realizada foi a implantação e ligação da nova rede de esgoto à rede coletora da Casan, iniciada em março e que atingiu toda a integralidade dos espaços. Além disso, foi efetuada a pintura interna e externa das casas, prédios e salão de festas; troca das antigas televisões de tubo por TVs de LED 32" nas casas e apartamentos; criação da sala de jogos para adultos; recuperação de rede elétrica, troca dos forros, troca das caixas d'água; troca dos telhados/calhas/rufos, troca das churrasqueiras, troca das cortinas e troca dos colchões em todas as casas; instalação de toldos permanentes nas áreas externas dos apartamentos 18 e 22; recuperação do quiosque das churrasqueiras centrais e construção de banheiro; construção de uma nova área de lazer para as crianças: parque com torre, escorregador, gangorras, balanços e roda-roda; recuperação da casinha de bonecas; instalação de cerca concertina sobre os muros; e recuperação das mesas de sinuca da sala de jogos infantil.

Atualmente, a Sede Balneária disponibiliza aos seus associados 19 casas e 17 apartamentos, além de áreas de recreação, compostas por quadras de tênis e vôlei, piscinas, playgrounds, sala baby, sala de jogos, churrasqueiras e campo de futebol.

✔ NOTAS

■ **COPEDEM:** O diretor geral da Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina (ESMESC), Juiz Cláudio Eduardo Regis de Figueiredo e Silva, participou no final do mês de novembro, do XLIV Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM), realizado pela primeira vez em Porto Velho, Rondônia. Promovido pela Justiça de Rondônia, por intermédio da Escola da Magistratura de Rondônia (EMERON), o encontro com os diretores e representantes das escolas de todo país, é um momento de reflexão sobre o papel das escolas e a importância da formação na área judicial, não só para Magistrados como também para Servidores, que atuam diretamente com a sociedade.

■ **LIVRO I:** A editora Empório do Direito promoveu, no dia 6/12, o lançamento de seis obras jurídicas - três delas de autoria de Magistrados do Judiciário de Santa Catarina. O Desembargador Lédio Rosa de Andrade lançou o livro "Superior Tribunal de Justiça e os Ricos: a cartilha neoliberal"; o Juiz Alexandre Morais da Rosa, acompanhado de Yuri Felix, lança "Novas Tecnologias de Prova no Processo Penal: o DNA na delação premiada"; e a Juíza Ana Luisa Schmidt Ramos apresenta a obra "Dano Psíquico como Crime de Lesão Corporal na Violência Doméstica". O evento foi realizado na sede da OAB/SC, na Capital.

■ **LIVRO II:** O Desembargador aposentado Alvaro Wandelli Filho lançou no dia 8/12, na Fundação Cultural Badesc, seu segundo livro de poesia, intitulado "Mistérios Perenes". A obra tem capa e ilustrações do consagrado artista plástico Rodrigo de Haro. Na noite de lançamento houve recital dos poemas.

No projeto literário de "Mistérios Perenes" o multiartista Rodrigo de Haro interpretou em imagens os poemas e assina o desenho de capa e as ilustrações internas, em que constam elementos de diversas tradições herméticas e conhecimentos secretos de que também é reconhecido sabedor. Razão para também assinar o texto de contracapa, no qual destaca a indagação essencial do poeta: "Os mistérios perenes de Alvaro Wandelli Filho dizem respeito a todos aqueles que buscam mais luz, aqueles que, sempre incansáveis, seguem rumo ao perfeito entendimento, cuja pista são as estrelas sobre a cadência do verbo. A palavra justa e a dança. Tudo é busca perene da última porta. – Lá chegaremos?, ousa indagar o poeta, voz surpreendente, voz solitária".

EM BRASÍLIA

Magistrados participam de ato contra a corrupção

Um grande ato reuniu, no dia 1º de dezembro, mais de 400 Magistrados e representantes do Ministério Público em protesto à aprovação de emendas que alteraram o pacote de combate à corrupção, aprovado pela Câmara dos Deputados na madrugada de quarta-feira. A mobilização intitulada "Ato contra a impunidade e a corrupção: Magistratura e Ministério Público em defesa da Justiça", na marquise do Supremo Tribunal Federal (STF), foi promovida pelas lideranças da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) na tarde desta quinta-feira (1º). Santa Catarina foi representada no evento pelos Magistrados Odson Cardoso Filho (presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses - AMC), Augusto César Allet Aguiar (membro do Conselho Fiscal da AMC), Naiara Brancher (1ª secretária da AMC), Anuska Felski (2ª secretária da AMC) e Fabiane Alice Müller Heinzen (diretora do Departamento da Mulher da AMC).

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, reafirmou a finalidade do ato de defender as instituições e o povo brasileiro e lamentou a ofensiva de parte do Congresso contra o pacote anticorrupção. Ele disse que a entidade já vinha alertando sobre as manobras políticas para enfraquecer o Judiciário: "O que estamos denunciando há bastante tempo está se concretizando: na calada da noite, em um dia de tragédia para o País, incluíram um dispositivo de cala boca à Magistratura e ao MP. Estamos aqui para dizer um basta e para pedir o apoio da sociedade", destacou. Segundo João Ricardo, a intenção de promover a mobilização foi justamente para convocar a cidadania a apoiar a Magistratura, bem como parlamentares que estão lutando contra a corrupção.

Atendendo a esse chamado, o Senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), um dos parlamentares que na quarta-feira (30) rejeitou o requerimento de urgência para votação imediata do Projeto de Lei no Senado Federal, também participou do ato e informou que apresentará substitutivo coerente com o que a sociedade deseja. "Estou aqui em solidariedade ao MP e à Magistratura contra o desfiguramento das 10 medidas de combate à corrupção. As medidas de corrupção que saíram da Câmara somente têm uma razão: pela primeira vez na história deste País as algemas da Polícia Federal chegaram próximas de empreiteiros, empresários e outros. Por isso, como membro envergonhado do Congresso Nacional, que pretende impor uma mordaça no MP e nos Magistrados, junto com colegas Senadores valorosos e corajosos irei apresentar substitutivo ao projeto de abuso de poder", comprometeu-se.

Na ocasião, foi lançada a cartilha Todos Contra a Corrupção, elaborada pela AMB. A publicação traz sugestões e orientações para a sociedade contribuir no combate aos atos de corrupção, especialmente os comuns aos administradores e ocupantes de cargos públicos que abandonam a ética e se apropriam de recursos públicos em prol de interesses pessoais. Para simbolizar um abraço na Justiça, os participantes do ato fizeram um cordão em torno do prédio principal do STF.

■ CARTA ABERTA

Logo após, integrantes da Frentas entregaram à presidente do STF, Cármen Lúcia, carta aberta da Magistratura e do Ministério Público contra a corrupção e a impunidade. "O Poder Judiciário, o Executivo e o Legislativo têm compromisso é com o Brasil, com o povo brasileiro. Somos servidores públicos para cumprir nossas funções. Estamos juntos aqui para que a Constituição seja garantida e tenhamos um País justo para todos, para nós e os que vierem", afirmou aos presentes, destacando que eles podem contar com o apoio do STF.

■ NOTA DE PESAR: A Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), em nome dos Juízes e Desembargadores de Santa Catarina, emitiu nota na qual declarou seu profundo pesar em razão do acidente aéreo ocorrido em território colombiano, que tirou a vida de atletas, dirigentes, jornalistas e torcedores da Associação Chapecoense de Futebol. De igual modo, a AMC manifestou a sua solidariedade aos familiares e amigos das vítimas desta que já é considerada a maior tragédia do futebol mundial. Neste momento de intensa dor, a Magistratura rende também as suas preces ao povo de Chapecó, desejando a Deus que lhes dê força para superar este difícil momento.

■ STF: O Juiz **Rafael Brüning**, que atualmente responde pela Unidade de Apuração de Crimes Praticados por Organizações Criminosas da Grande Florianópolis, foi convidado a trabalhar no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ele atuará como Juiz Assessor do Ministro Félix Fischer, decano da Corte e também relator da operação Lava Jato no STJ. Rafael enxerga o convite como um sinal de prestígio à Magistratura catarinense, que já tem outros dois Juízes a auxiliar o ministro Teori Zavascki no Supremo Tribunal Federal. "Espero estar à altura desse novo desafio e desempenhar, leal e honradamente, as funções que a Constituição Federal outorga e a sociedade espera de nós Juízes. Espero também poder continuar mantendo o nome da Magistratura catarinense em posição de destaque no cenário nacional, pela qualidade da prestação jurisdicional", afirmou Brüning.

NOVO CPC

1º Congresso Regional da AMC é realizado com sucesso

O I Congresso Regional da Associação dos Magistrados Catarinenses, realizado nos dias 18 e 19/11, no hotel Thermas de Itá, superou as expectativas dos organizadores e, principalmente, dos participantes. Em três dias de evento, Magistrados e familiares puderam desfrutar de uma programação que conciliou aprimoramento profissional e congraçamento.

A cerimônia de abertura, na noite de sexta-feira (18/11), contou com a presença do Presidente da AMC, Juiz Odson Cardoso Filho, do Diretor Geral da Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina (ESMESC), Juiz Cláudio Eduardo Regis de Figueiredo e Silva, do Corregedor-Geral da Justiça, Desembargador Ricardo Orofino da Luz Fontes, do Vice-Diretor-Executivo, Desembargador Henry Petry Júnior, do Coordenador Regional da AMC, Juiz Fabricio Rossetti Gast, e da Prefeita de Itá, Leide Mara Bender. Após a saudação inicial aos participantes, foi dado início aos trabalhos, com a palestra do Professor Fábio Victor da Fonte Monnerat.

Em sua explanação, Monerat destacou a importância da jurisprudência e dos precedentes no novo Código de Processo Civil (CPC). Para ele, é fundamental que haja uma certa uniformidade nos julgados, para garantir isonomia, segurança jurídica, celeridade e efetividade processuais aos jurisdicionados. "É prejudicial a existência de interpretações díspares. Isso estimula a litigância. Tem que estar claro para o jurisdicionado, porque é para eles que nós trabalhamos", assinalou.

No sábado pela manhã, os participantes assistiram as palestras dos Professores Antônio de Pádua Notariano Júnior e Fábio Monnerat. O primeiro fez abordagem sobre as inovações na tutela jurisdicional executiva e também em relação às principais alterações no que tange à responsabilidade patrimonial. Notariano lembrou que de nada adianta obter êxito no processo se não há como executar o devedor. "Muitas vezes, a grande dificuldade (em termos processuais) nem é tanto o excesso de recursos, mas as dificuldades na execução", pontuou.

Já Fábio Monnerat discorreu a respeito dos recursos ordinários, considerado por ele como um dos principais responsáveis pela morosidade da Justiça. "Por isso que o legislador ao fazer o novo CPC procurou atacar o excesso de recursos", comentou.

O Professor Fernando Sacco Neto encerrou, na tarde de sábado, o ciclo de palestras sobre as mudanças no ordenamento jurídico com o advento do novo Código de Processo Civil. Ele tratou das inovações no processo de conhecimento, bem como da tutela de urgência, destacando a força que a composição ganhou no novo Código. "O novo CPC é imperativo neste aspecto. Ele diz claramente que o Magistrado deverá (e não poderá) sempre tentar a conciliação entre as partes", disse.

Após as palestras de sábado, a AMC ofereceu um jantar de encerramento, seguida de noite dançante.

■ REPERCUSSÃO

Confira, abaixo, a opinião de alguns participantes a respeito do I Congresso Regional da AMC, realizado em Itá:

"Foi uma oportunidade ímpar, não só de retornar à região Oeste do Estado, rever os colegas, mas, sobretudo, pelo nível das palestras proferidas durante o congresso. Além disso, o local escolhido para o evento é encantador, contando com infraestrutura capaz de atender perfeitamente as nossas necessidades. Parabéns aos organizadores por esse maravilhoso evento".

Juiz José Agenor de Aragão

"A realização de um evento desta importância era um pleito antigo da região Oeste. E o resultado superou em muito as expectativas iniciais, não apenas pelo grande número de Magistrados, de todas as regiões do Estado, que compareceram ao evento, mas, também, pelo excelente nível dos palestrantes e, principalmente, o clima de confraternização e união entre os colegas e familiares durante todo o período. Acredito que tenha sido dado início ao processo de regionalização de grandes eventos, a fim de atingir as demais regiões do Estado. Não podemos deixar de agradecer à Diretoria da AMC, na pessoa de seu Presidente Odson Cardoso Filho, que acreditou na ideia e não mediu esforços para a realização do evento. Da mesma forma, aos funcionários da AMC, na pessoa da sempre atuante Andrea da Silva, que trabalharam exaustivamente para o sucesso do Congresso. Ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina e à Academia Judicial nossos agradecimentos pelo apoio recebido. Por fim, agradecer aos colegas que compareceram e engrandeceram ainda mais o encontro. Que venha o II Congresso Regional da AMC!"

Juiz Juliano Serpa

"A realização deste I Congresso Regional atendeu a um antigo pleito de gerações de associados. Seu sucesso, a alegria do encontro com os colegas, os momentos de convívio familiar e a qualidade das palestras demonstram que se tem uma semente para outros eventos que premiem as regionalidades de nosso Estado. Nós, da região Oeste, nos sentimos muito felizes com a grande e honrosa presença dos colegas de todas as demais regiões. Esperamos que tenham levado consigo o que de melhor alcançamos propiciar e com muita ênfase, agradecemos todos os que se empenharam para este evento e em especial à Diretoria da AMC".

Juiz Marcos Bigolin

"O primeiro encontro Regional da AMC foi uma excelente oportunidade para congraçar todos os associados, deslocando o eixo dos principais eventos da entidade para o interior do Estado, permitindo assim a participação daqueles que residem mais distantes da Capital, sobretudo no Oeste e Meio Oeste catarinense. O nível dos palestrantes estava excelente e o tema bem atual (novo CPC). A beleza natural da cidade de Itá, agregado à ótima estrutura disponibilizada no local do evento contribuíram para o seu sucesso. Esperamos repeti-lo mais vezes, também em outras regiões do Estado".

Juiz Fabricio Rossetti Gast

"Todos os elogios ao evento promovido pela AMC em Itá. Tema escolhido muito adequado ao momento; palestrantes qualificados e acessíveis; convívio agradável com os colegas, especialmente aqueles que judicam no Meio-Oeste e Oeste do Estado; lugar aprazível. Parabéns aos organizadores, à AMC e ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina e Academia Judicial".

Juiz Rafael Maas dos Anjos

"O I Congresso Regional de Magistrados, realizado na cidade de Itá/SC foi maravilhoso, seja em seu aspecto científico, com palestras que foram verdadeiras lições sobre o novo Código de Processo Civil, seja pelo necessário e esperado congraçamento entre Magistrados e seus familiares, o que somente foi permitido pelo belíssimo local do evento - com paisagens maravilhosas – como também pela competência dos organizadores do encontro. Há também o seu lado histórico, uma vez que ficará marcada a realização de um evento desse porte no Oeste de Santa Catarina, uma interiorização reclamada há muito tempo pelos colegas que exercem a judicatura naquela bela região".

Juiz Renato Guilherme Gomes Cunha

PARCERIA DE SUCESSO

Novos Caminhos forma mais 182 adolescentes na Capital

Iniciativa conjunta do Tribunal de Justiça, Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc), Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SC) e Ministério Público, o programa Novos Caminhos promoveu no dia 26/11, em Florianópolis, a formatura de uma nova turma com 182 adolescentes. Eles participaram de cursos de qualificação técnica para futuro ingresso no mercado de trabalho. O programa beneficia jovens que participam de programas de acolhimento do Estado e, ao completar 18 anos, precisam deixar os abrigos onde vivem.

Para o Desembargador Sergio Izidoro Heil, segundo vice-presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, a formatura dos 182 adolescentes ratifica a importância do programa, iniciado em 2013. "A ideia era preparar um grupo menor, e hoje estamos com mais de 650 adolescentes capacitados e 112 trabalhando. Isso é uma alegria muito grande porque é um resgate o que estamos fazendo, uma quebra de paradigmas. Esses adolescentes, quando eram liberados das casas de acolhimento, não tinham para onde ir e não tinham nenhum preparo para a vida, e é isso que estamos fazendo", afirmou.

"É uma reescrita da história de cada um. É importante ter esperança nas oportunidades oferecidas para uma sociedade mais justa e coerente", ressaltou o Desembargador. "É uma alegria saber que estes jovens, com força, dedicação e esforço, estão concluindo estes cursos e tendo novas oportunidades, sonhos, perspectivas e caminhos", acrescentou a Desembargadora Soraya Nunes Lins, coordenadora estadual da Infância e da Juventude do TJ.

Desde sua implantação, o Novos Caminhos atendeu 653 adolescentes de 76 municípios catarinenses, que participaram de capacitações realizadas pelas equipes do Senai, Sesi e IEL. Juntas, as entidades realizaram mais de 6,5 mil matrículas por meio do programa, e 112 jovens foram encaminhados ao mundo de trabalho. E a iniciativa continuará. "O programa será permanente, pois os impactos que estamos alcançando são muito positivos e é nosso dever contribuir para que essa juventude tenha uma boa formação", prometeu o presidente da Fiesc, Glauco José Côrte.

O presidente da AMC, Odson Cardoso Filho, destacou que Juízes e Desembargadores também são parceiros do programa. "Estamos fazendo um resgate social. Pessoas que se encontravam à margem, que não têm abrigo nas suas famílias, estão tendo essa oportunidade", disse. As 16 assistentes sociais do Poder Judiciário, responsáveis pelo programa nas regiões com os adolescentes, participaram da formatura como forma de reconhecimento pelo trabalho.

✓ NOTAS

■ **HOMENAGEM:** Na sessão do Tribunal Pleno do dia 16/11, o Desembargador Eládio Torret Rocha despediu-se da atividade judicante ao anunciar e ter aprovada a sua aposentadoria. O eminente Magistrado encerra uma longa e profícua trajetória de 37 anos de dedicação ao Poder Judiciário catarinense.

Natural de Meleiro/SC, o Desembargador **Eládio Torret Rocha** é graduado em Direito e Mestre pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Tornou-se Juiz de Direito em 1979 e obteve promoção para o cargo de Desembargador em 2001. No Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), integrava a 4ª Câmara de Direito Civil, contando com passagens por diversos cargos e funções na área administrativa, dentre eles o de 1º Vice-Presidente e o de Corregedor Geral da Justiça.

Presidiu, ainda, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE/SC). Também tem publicações e profere aulas e palestras nas áreas de Direito Processual Civil, Direito Civil e Direito Infortunístico do Trabalho.

A AMC aproveita o ensejo para prestar homenagens ao ilustre Magistrado, com agradecimentos por sua dedicação em favor das legítimas e verdadeiras causas da Justiça.

■ **NOVOS JUÍZES:** A Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) promoveu, na noite do dia 3/11, no Centro de Convivências da entidade, um jantar de boas vindas aos 16 futuros Juízes submetidos ao último concurso de ingresso na carreira da Magistratura catarinense. Participaram do evento dirigentes da AMC e do TJ/SC, além de Desembargadores e Juízes associados.

O presidente da AMC, Juiz Odson Cardoso Filho, aproveitou a presença dos futuros integrantes da Magistratura de Santa Catarina para mostrar as dependências da instituição e falar sobre os serviços prestados aos Associados.

SOLENIDADE

TJ/SC empossa oito novos Desembargadores

DANIELA PACHECO COSTA-TJ/SC

O presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Torres Marques, empossou no dia 7/12, em solenidade realizada no auditório do Pleno do TJ/SC, oito novos Desembargadores. Sete deles, oriundos da carreira da Magistratura, foram eleitos em sessão na manhã de 16 de novembro. A representante do Ministério Público, que compôs lista tríplice elaborada pelo Pleno por meio do chamado Quinto Constitucional, teve seu nome escolhido pelo Governador Raimundo Colombo no dia 18 de novembro.

Eles entraram em plenário escoltados pelos Desembargadores Pedro Manoel Abreu, decano, e Rodolfo Tridapalli, o mais novo da Corte. Prestaram o compromisso legal, firmaram o termo de posse e, sequencialmente, receberam a medalha e o diploma da Ordem do Mérito do Judiciário Catarinense.

O Desembargador Alexandre d'Ivanenko, 1º vice-presidente do TJ/SC, foi responsável pelo discurso de boas-vindas aos empossados. "O aporte de novos Desembargadores atende aos anseios por uma Justiça mais célere e ao mesmo tempo coroa a carreira destes insignes Magistrados catarinenses", destacou. Na sequência, coube ao presidente do TJ registrar sua satisfação com o considerável reforço nos quadros da Corte. "O Tribunal de Justiça, ao longo de seus 125 anos de existência, sempre se renova quando acolhe novos julgadores. Que os desafios sejam enfrentados de forma firme e serena, com respeito incondicional às leis e ao Estado de Direito, imune a pressões ilegítimas", conclamou.

A solenidade contou com a participação do coral da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e foi acompanhada por grande público, inclusive autoridades, familiares e colegas de Magistratura.

Confira, abaixo, um breve currículo de cada novo Desembargador:

Odson Cardoso Filho, *natural de Florianópolis-SC, ingressou na Magistratura catarinense em 1989, com lotação na comarca de Joinville. Em 1992 foi promovido ao cargo de Juiz de Direito e atuou nas comarcas de Pinhalzinho, Imbituba, Araranguá, Joaçaba, Tubarão e Capital. No ano de 2011 passou a exercer a função de Juiz de 2º Grau neste Tribunal, onde atuou por fim como cooperador da 5ª Câmara Civil. Atualmente preside a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC).*

Gilberto Gomes de Oliveira, *natural de Curitibanos-SC, ingressou na carreira do Ministério Público no Paraná em 1990. Como Promotor de Justiça, atuou nas comarcas de Guarapuava, Pitanga, Palmital, Pinhão, Mangueirinha, Palmas e Curitiba. No ano de 1991 ingressou na Magistratura catarinense, com lotação na comarca de Joinville. Em 1993 foi promovido ao cargo de Juiz de Direito e atuou nas comarcas de Anchieta, Dionísio Cerqueira, Canoinhas, Chapecó, Blumenau e Itajaí. Em 2009 passou a exercer a função de Juiz de 2º Grau neste Tribunal, onde atuou por fim como cooperador da 3ª Câmara Civil.*

José Everaldo Silva, *natural de São Francisco de Paula-RS, ingressou na Magistratura catarinense em 1989, com lotação na comarca de Araranguá. Em 1993 foi promovido ao cargo de Juiz de Direito e atuou nas comarcas de São Domingos, Orleans, Mafra, Chapecó, Lages e Capital. No ano de 2011 passou a exercer a função de Juiz de 2º Grau neste Tribunal, onde atuou por fim na 4ª Câmara de Direito Comercial.*

Volnei Celso Tomazini, *natural de Xaxim-SC, ingressou na Magistratura catarinense em 1990, com lotação na comarca de Joaçaba. Em 1992 foi promovido ao cargo de Juiz de Direito e judicou nas comarcas de Campo Erê, São Lourenço do Oeste, Porto União, Concórdia, Itajaí e Capital. No ano de 2011 passou a exercer a função de Juiz de 2º Grau neste Tribunal, onde atuou por fim como cooperador da 2ª Câmara Criminal.*

Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, *natural de Florianópolis-SC, ingressou na Magistratura catarinense em 1990, com lotação na comarca de Tubarão. Em 1992 foi promovido ao cargo de Juiz de Direito e atuou nas comarcas de Seara, Orleans, Araranguá, Criciúma e Capital. No ano de 2007 passou a exercer a função de Juiz de 2º Grau neste Tribunal, onde atuou como cooperador da 1ª Câmara de Direito Público.*

Leopoldo Augusto Brüggemann, *natural de Santo Amaro da Imperatriz-SC, ingressou na Magistratura catarinense em 1991, com lotação na comarca de Blumenau. Em 1993 foi promovido ao cargo de Juiz de Direito e judicou nas comarcas de São Carlos, Santa Cecília, Porto União, Chapecó, Lages, Blumenau e Capital. No ano de 2012 passou a exercer a função de Juiz de 2º Grau neste Tribunal, onde atuou por fim como cooperador da 3ª Câmara Criminal.*

Júlio César Knoll, *natural de Rio do Sul-SC, ingressou na Magistratura catarinense em 1987, com lotação na comarca da Capital. Em 1989, foi promovido ao cargo de Juiz de Direito e atuou nas comarcas de São Domingos, Ibirama, São Francisco do Sul, Laguna, Criciúma e Tubarão. No ano de 2011 passou a exercer as funções de Juiz de 2º Grau neste Tribunal, onde atuou por fim como cooperador da 3ª Câmara de Direito Público.*

Vera Lúcia Ferreira Copetti, *natural de Araranguá-SC, ingressou no Ministério Público de Santa Catarina em 1980, com lotação na comarca de Rio do Sul. No mesmo ano foi promovida ao cargo de Promotora de Justiça, atuando nas comarcas de Bom Retiro, Santa Cecília, Orleans, Campos Novos, Laguna e Joaçaba. De 2006 até hoje exercia a função de Procuradora de Justiça.*

JUSTIÇA ELEITORAL

Desembargador Antonio do Rêgo Monteiro Rocha é o novo presidente do TRE/SC

O Desembargador Antonio do Rêgo Monteiro Rocha foi eleito o novo presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE/SC). Atualmente, o Magistrado exerce a função de corregedor regional eleitoral e vice-presidente da instituição. A escolha ocorreu no dia 5/12, durante sessão do Pleno do TRE/SC.

O Magistrado desempenhará a presidência pelo período de um ano. Monteiro Rocha tomará posse no cargo em março de 2017, em substituição ao atual presidente, Desembargador Cesar Abreu, que, por sua vez, torna-se vice-presidente e corregedor regional eleitoral. O novo presidente eleito é natural de Teresina (PI). Diplomado pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da PUC-PR, é pós-graduado em Ciências Jurídicas e mestre pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Foi professor de Direito em universidades do Estado de Santa Catarina, bem como nas Escolas Superiores da Magistratura e da Advocacia. Ingressou na Magistratura catarinense como Juiz Substituto em 1980. Atuou como titular nas comarcas de Imaruí, Maravilha, Palmitos, Porto União, Chapecó, Lages e Capital. Em todas elas exerceu o cargo de Juiz Eleitoral. Foi Juiz Auxiliar do TRE/SC entre junho e dezembro de 1994 e no período de abril de 1998 a junho de 1999, quando foi empossado como Juiz Efetivo, cargo que ocupou até junho de 2001.

Foi ainda Juiz suplente desse Tribunal, na vaga de Desembargador, no período de fevereiro de 2014 a fevereiro de 2016. Foi eleito Desembargador do Tribunal de Justiça em 2002. É autor da obra "Código do Consumidor: A Desconsideração Da Personalidade Jurídica", publicada em 1999, e possui decisões judiciais publicadas em periódicos de circulação nacional. É vice-presidente e corregedor regional eleitoral do TRE/SC desde 18 de março de 2016.

■ **LITERATURA:** O Juiz João Marcos Buch, titular da Vara de Execuções Penais da comarca de Joinville, lançou no dia 8/12, exatamente no Dia da Justiça, a obra "Contos Tirados de Mim: a literatura no cárcere – volume 2", fruto do projeto Oficina Literária desenvolvido com detentos da Penitenciária Industrial de Joinville. O evento foi realizado lá mesmo na instituição penal. Segundo explica o Magistrado, detentos voluntariamente inscritos, por meio de imersões literárias, têm tomado parte em dinâmicas que os levam a criar histórias.

"A educação, baseada na ética, é a chave para a evolução civilizatória e para o Estado Democrático de Direito respeitador das garantias fundamentais. A literatura é fator condicionante, talvez imprescindível, dessa educação. Esse é o fundamento do projeto Oficina Literária, que com a literatura contribui para um mundo mais próximo da não violência", contextualiza Buch, que faz questão de destacar também o engajamento da direção da unidade prisional. A obra leva o selo da Editora Giostre.

■ **JUDICIÁRIO SOLIDÁRIO:** Fruto de uma ação conjunta entre o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC) e a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), a campanha Judiciário Solidário arrecadou um total de 1,361 mil itens, organizados em cestas que beneficiaram tanto pacientes quanto familiares atendidos pelo Centro de Pesquisas Oncológicas (CEPON).

A entrega foi realizada no dia 11 de novembro pelas Juízas Naiara Brancher, que representou o Desembargador Torres Marques, presidente do TJ/SC, e Jussara Wandscheer, vice-presidente da AMC, bem como a assistente social da AMC, Cristiane Marques.

■ **CAMPEONATO DA AMB:** O time da Associação dos Magistrados Catarinenses participou de 01 a 03 de dezembro, em Teresina (PI), do Campeonato Nacional de Futebol da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) – Categoria Livre. Diferentemente dos últimos quatro anos, onde alcançou o título, a delegação catarinense não chegou nas finais, obtendo duas vitórias e uma derrota. São Paulo (Apamagis) foi campeão ao vencer o Ceará (ACM) na final. Durante o torneio todos os jogos foram precedidos de 1 minuto de silêncio em homenagem à delegação da Chapecoense, que morreu em um acidente aéreo na Colômbia. Mesmo sem o título, a equipe de SC terminou o ano em primeiro lugar no ranking.

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Colóquio aponta necessidade de mais engajamento social

A segunda edição do Colóquio de Primavera, realizado no dia 12/11, no auditório da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), evidenciou a necessidade de se aprofundar os debates sobre o exercício da democracia direta participativa a partir da discussão, aprovação e modificação do plano diretor de Florianópolis, como um caminho para a sustentabilidade da cidade. Promovido pela Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina (ESMESC), o evento contou com a participação de profissionais da área que há anos estudam e atuam em causas em favor do planejamento e ordenamento do município.

Pela manhã, após a saudação inicial feita pelo diretor geral da ESMESC, Juiz Cláudio Eduardo Regis de Figueiredo e Silva, e pela Professora Solange Büchele de S. Thiago (coordenadora científica do Colóquio), teve início a apresentação da Professora Carolina Bahia, que tratou da evolução exponencial da população urbana do País, causada, entre outros fatores, pelo êxodo rural, em razão das más condições de vida no campo. "Essa situação gerou uma necessidade de reforma urbana. E o plano diretor, então, surge para definir critérios para que a propriedade atenda a sua função social", frisou.

Logo após, veio a exposição da Arquiteta do IPUF, Vanessa Pereira, que comentou sobre a realização das audiências públicas para elaboração do plano diretor da cidade de Florianópolis. Segundo Vanessa, o processo, que teve início em 2006, começou de forma equivocada, sem metodologia clara de participação da comunidade. "Infelizmente, a instabilidade do processo colocou em xeque a capacidade do Poder Executivo Municipal em conduzi-lo", assinalou.

A Procuradora do Ministério Público Federal, Analúcia Hartmann, também participou da mesa de trabalho do 2º Colóquio de Primavera. Ela chamou a atenção para a alta de concentração de pessoas que moram na zona costeira do País, índice que chega a 70% do total da população brasileira. A Procuradora também destacou a falta de critérios que regulamentem minimamente o crescimento nos municípios. "Estamos inviabilizando o crescimento ordenado das nossas cidades", pontuou.

Em seguida, foi a vez do Vereador Afrânio Boppré apresentar as suas considerações sobre o tema. Ele criticou a forma como as audiências públicas têm sido realizadas, as quais não contemplam efetivamente a participação popular, muito menos garantem a prevalência dos interesses das comunidades. Ele também comentou sobre a importância do orçamento participativo. "Ele deve estar vinculado à totalidade, do contrário estaremos vivendo uma cidadania de segunda classe", ressaltou.

A última explanação da manhã foi feita pelo Professor Itamar Beviláqua. Ele criticou o atual processo de elaboração do novo plano diretor da Capital, que já dura 10 anos. "Ele é incompleto, confuso, complexo e com muitos dos seus objetivos fadados ao insucesso", disse. Ele indagou, ainda, a real necessidade de elaboração do novo plano diretor, já que o anterior era considerado moderno. Para ele, a reforma atende a dois grupos: um formado por aqueles que estão em situação irregular e outro por grupos que têm interesses econômicos.

À tarde, o evento prosseguiu com as Oficinas Temáticas, com exposição da metodologia e agrupamento pelos seguintes temas: Audiência Pública; Processo legislativo e participação popular; Plano diretor e sustentabilidade socioambiental. Também foi feita a apresentação dos resultados, registro e leitura dos dados mais relevantes que foram construídos em cada oficina, abrindo-se espaço para interlocução entre os componentes dos grupos, sobre as temáticas estudadas e debatidas.

✔ NOTAS

■ **IGUALDADE RACIAL:** O Conselho Estadual das Populações Afrodescendentes de Santa Catarina (Cepa/SC) promoveu, no dia 24/11, uma web-conferência para debater sobre racismo institucional e os desafios da promoção da igualdade racial dentro do Sistema de Justiça, previsto na Lei 12.288/10. O evento foi realizado no Fórum Desembargador Eduardo Luz, em Florianópolis.

O evento, que teve apoio da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e da Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina (ESMESC), contou com três palestrantes: o Juiz Alexandre Takaschima, a Defensora Pública Fernanda Mambrini e a Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado de Pernambuco Maria Bernadete Figuero.

A Lei 12.288/10 instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Já o Cepa é um órgão colegiado, de caráter permanente, com a participação do governo e sociedade civil, com finalidade de promover a igualdade, a participação e elaboração de políticas públicas de promoção, desenvolvimento e a defesa dos direitos humanos, garantindo o exercício da cidadania das populações negras no Estado.

■ **RECONHECIMENTO:** Os Juízes Ana Cristina Borba Alves e Evandro Volmar Rizzo, lotados nas comarcas de São José e Sombrio respectivamente, e o Advogado da Vara da Infância e Juventude da comarca da Capital, Enio Gentil Vieira Júnior, foram agraciados com certificados por suas atuações na área da criança e do adolescente, durante o II Seminário Estadual de Práticas Exitosas na Área da Criança e do Adolescente, promoção da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Na visão da Juíza Ana Cristina Borba Alves, que há nove anos atua na Vara da Infância e da Juventude de São José, a certificação é uma forma de incentivo ao trabalho, conquistas e evoluções nesse segmento de atuação. "São muitas as ações positivas que cada entidade vem realizando, mas para dar continuidade a isso é sempre fundamental um pouco de incentivo. Esta é uma área onde as coisas acontecem com dificuldades, por isso é essencial reconhecer sempre que alcançamos um bom resultado. Isso fortalece o trabalho", comentou a Magistrada.

O Juiz Evandro Rizzo também falou sobre a importância da homenagem. "Sinto-me honrado em receber a homenagem da Assembleia Legislativa na medida em que reconhece o valoroso trabalho de todo Poder Judiciário catarinense na efetivação de direitos", frisou. À frente da comissão, o Deputado Vicente Caropreso destacou que o objetivo da certificação é difundir e propagar o valor das entidades atuantes na proteção da criança e do adolescente.

EVENTO

Encontro, em Florianópolis, debate questões ligadas ao Direito de Família

"Precisamos nos permitir olhares afetivos. Este afeto que os casais homoafetivos têm, que adotam as crianças que os casais heterossexuais produzem e não cuidam", ponderou o Procurador de Justiça do Rio de Janeiro Sávio Bittencourt, que abriu os trabalhos do V Encontro Catarinense de Direito de Família, na dia 23/11, no auditório da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), em Florianópolis.

Com o tema "Adoção LGBTI – quebra de paradigmas", Bittencourt destacou a necessidade urgente de, como dispõe a Constituição, dar prioridade absoluta ao direito da criança e do adolescente. "O número oficial, o qual eu desconfio, é de que temos 46 mil crianças institucionalizadas no Brasil. O direito à família é o direito mais ignorado, mais postergado de todos os direitos. A sociedade brasileira tem uma lacuna no cuidado dessas crianças, quando deveríamos garantir que elas tenham uma família. Sim, nós, porque estamos sendo todos omissos em prover esse direito", destacou.

Ele afirmou, ainda, que "muitas vezes insistimos na reintegração familiar, quando sabemos que ela é impossível". "A exceção é o sucesso da reintegração familiar. Quando insistimos, a criança não sofre apenas um abandono, mas vários. É uma sucessão de abandonos e um ciclo de violência, que é responsabilidade nossa", disse. E complementou: "Muitas vezes o afeto é falado, mas não é vivido. O afeto só tem razão de ser quando resulta em ações concretas. O afeto falado nada é".

Segundo Bittencourt, o debate em torno da adoção de crianças por casais homoafetivos não tem mais propósito, pois já é um direito materializado. "Eu tenho que respeitar o direito das outras pessoas. Minha opinião pessoal e minha doutrina religiosa não podem interferir no direito do outro. Estamos privando crianças do seu direito à família por um debate moral que não deveria existir", afirmou.

Em sua quinta edição, o Encontro Catarinense de Direito de Família, uma realização do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) com apoio da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina (ESMESC), seguiu até o dia 25/11, com debates em torno de temas como guarda compartilhada, mediação, novo CPC, perícias psicológicas e alienação parental.

■ ENCONTRO DE CORAIS: A arte e o encanto das vozes tomaram conta do Teatro Álvaro de Carvalho (TAC), em Florianópolis, no dia 16/11, com a segunda edição do Encontro de Corais "Entre Amigos", promovido pelo Coral da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC). Além do Coral da AMC, o evento reuniu cinco grupos, que apresentaram ao público estilos de música variados. Foram eles: Coral Coração de Jesus, Associação Coral BESC, Associação Coral Ítalo-Brasileira, Coral da UDESC e Grupo Vocal Cooperativa Universitaria del Paraguay.

Ao final, todas as vozes formaram um único coral e cantaram a música "Eu Quero Apenas", composta por Roberto Carlos.

Minha história... CONHEÇA A TRAJETÓRIA DO DESEMBARGADOR CARLOS ADILSON SILVA

A vocação para a arte de julgar

Foi por vocação que há mais de 25 anos Carlos Adilson Silva, hoje Desembargador, seguiu o firme propósito de dedicar a sua vida à arte de julgar. Mesmo antes de tomar posse como magistrado, em maio de 1989, ele já havia trilhado um pequeno percurso no Poder Judiciário quando, em 1983, foi aprovado em concurso público para o cargo de técnico judiciário auxiliar na Comarca de Piçarras. "Caminhei todos os degraus do Judiciário, primeiramente como funcionário, depois como Magistrado, e me sinto extremamente realizado", analisa.

E foi trilhando esse caminho que o Desembargador descobriu sua aptidão para a Magistratura, que já era percebida pelos colegas quando cursava a faculdade de Direito na antiga Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Vale do Itajaí (FEPEVI), hoje Univali. "Não tive dificuldades (para julgar) justamente porque já trabalhava no Judiciário. Quando estudava para o concurso público, já auxiliava o Magistrado lavrando sentenças e despachos. Quando ingressei como Juiz de Direito eu já tinha a prática", ressalta.

Percurso natural da carreira, Silva iniciou no interior do Estado como Juiz substituto na Comarca de Mafra, onde permaneceu por quase três anos. De lá assumiu como Juiz titular em São José do Cedro e passou por São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste e Joinville até ser transferido para a Capital, onde assumiu, em 2009, como Juiz de Direito de Segundo Grau e, este ano, foi promovido para o cargo de Desembargador. Sua carreira sempre foi direcionada para a área do Direito Público, atuando como Juiz da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Joinville durante 10 anos. "Direito constitucional, administrativo e previdenciário são matérias que eu gosto", conta.

Após tantos anos de carreira, o balanço que Silva faz de seu papel como Magistrado é positivo e sem arrependimentos. "Amo a minha carreira e acho que temos uma missão extremamente relevante. Decidimos sobre os maiores bens do ser humano: seja a vida, quando determinamos que um plano de saúde autorize uma intervenção cirúrgica de urgência ou o fornecimento de medicamentos; a liberdade e a propriedade. É uma missão que me faz muito feliz e realizado", analisa.

Fazendo um balanço do papel do Magistrado, Silva aponta a carência de material humano – desde servidores a Juízes – como a grande dificuldade enfrentada pelo Judiciário. "A partir da constituição federal de 1988, a constituição cidadã, tivemos um aumento expressivo de demandas. Foi bom por um lado porque ampliou e facilitou o acesso do cidadão ao Poder Judiciário, mas não estávamos, e ainda não estamos, preparados em razão do número de demandas, que aumentou significativamente", explanou.

Segundo ele, é necessária uma maior valorização do Magistrado de primeiro grau para tornar a Justiça mais célere. "Na Justiça de primeiro grau é onde está os maiores problemas, o maior número de processos e demandas. É preciso ampliar a estrutura de gabinete do Magistrado de primeiro grau, criar mais uma assessoria para dar suporte e ampliar o número de varas. Falo isso baseado em dados estatísticos. A valorização da carreira do Magistrado é fundamental", pontuou.

Quanto à necessidade de uma reforma do sistema recursal brasileiro, o Desembargador acredita que é preciso inverter o sistema em relação aos efeitos do recurso. "Hoje a regra geral é efeito devolutivo e suspensivo. Devolve-se a matéria para o conhecimento do Tribunal e suspende-se a decisão do Juiz do primeiro grau. Modificando essa sistemática, tomando como regral geral o efeito apenas devolutivo, teremos uma valorização da sentença do Magistrado de primeiro grau", explica.

E é justamente pela grande demanda de processos que Silva defende a conciliação e os acordos extrajudiciais como um caminho importante para contribuir com a celeridade da Justiça e alcançar soluções eficazes para os conflitos. "Essa cultura da mediação deve começar já na faculdade. Porque até então os cursos de Direito ensinam o futuro Advogado a litigar. A melhor forma de resolver os conflitos de interesse, para retomar a paz social violada pelo litígio, é exatamente a conciliação e precisamos trabalhar para isso", diz.

Segundo o Desembargador, a cultura do litígio é comum no Brasil, diferente de países desenvolvidos onde a prática da conciliação é forte. "Infelizmente aqui ainda impera a cultura do litígio. Talvez pela morosidade na resolução dos conflitos, se prefere esperar. Às vezes até um simples acidente de trânsito vira um processo judicial", salienta.

Natural de Campos Novos, além da toga, o Magistrado elenca duas grandes paixões: o futebol e a pesca. Torcedor do Joinville Esporte Clube, time que ganhou sua simpatia durante os 14 anos em que morou na cidade, Silva também pratica o esporte com alguns amigos, uma vez por semana, em uma quadra society. Já a pesca é prática garantida todos os anos, quando tira um tempo para dedicar-se ao hobby. "Gosto muito do mar. Tenho um grupo de amigos de Joinville, que se reúne duas vezes durante o ano para pescar. Uma vez na Argentina e outra no Mato Grosso", conta.